



RETIFICAÇÃO Nº 001 DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO N. 06/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 99/2026

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE ARVOREDO - SC.

O Município de Arvoredo - SC, situado na Rua do Comércio, nº 183, Centro do Município de Arvoredo/SC, por seu representante legal, no uso de suas atribuições, torna público, com base na Lei Federal nº 14.133/2021 e, conforme condições e especificações deste Edital.

1. DA RETIFICAÇÃO DO EDITAL

1.1 Retifica-se o Anexo I do Edital (Termo De Referência nº 46/2026 - LEI 14.133/21), especificamente quanto à descrição do Item 12 - Carne Bovina Moída de Primeira Qualidade, em conformidade com a solicitação emitida pela Nutricionista Responsável pelo PNAE no âmbito da Gerência de Educação, Cultura, Esporte e Lazer deste Município:

Onde se lê:

Item	Descrição	Unidade de medida	Qdade	Valor Unitário	Valor Total
12	CARNE BOVINA MOÍDA DE PRIMEIRA QUALIDADE (ACÉM OU PATINHO) ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE. RESFRIADA/CONGELADA.	Kg	3.300	R\$ 43,30	R\$ 142.890,00

Lê-se:

Item	Descrição	Unidade de medida	Qdade	Valor Unitário	Valor Total
12	CARNE BOVINA MOÍDA DE PRIMEIRA QUALIDADE (PATINHO) ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE. RESFRIADA/CONGELADA.	Kg	3.300	R\$ 43,30	R\$ 142.890,00

1.2. As demais disposições permanecem inalteradas e o processo licitatório retoma ao seu regular prosseguimento.

Arvoredo(SC), 28 de maio de 2026.

EDIVANE DA SILVA

Gerencia De Educação, Cultura, Esporte E Lazer



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO
PARA FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS N. 06/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 99/2026**

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE ARVOREDO, ESTADO DE SANTA CATARINA.

OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE ARVOREDO - SC.

1.1 A CONTRATAÇÃO POSSUI NATUREZA DE AQUISIÇÃO DE BENS DE CONSUMO, POR MEIO DE **REGISTRO DE PREÇOS** NA FORMA ELETRÔNICA, **JULGAMENTO MENOR VALOR POR ITEM**, ENTREGUE DE FORMA PARCELADA, CONFORME A NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, VISANDO GARANTIR O ABASTECIMENTO REGULAR DAS UNIDADES ESCOLARES DURANTE O PERÍODO LETIVO.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 670.207,75 (SEISCENTOS E SETENTA MIL DUZENTOS E SETE REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS)

PERÍODO DE PROPOSTAS

De 18/05/2026 às 8hrs

Até 29/05/2026 às 8hrs

PERÍODO DE LANCES

Dia 29/05/2026 às 08hrs30min

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

[MENOR PREÇO POR ITEM]

MODO DE DISPUTA:

[ABERTO]

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

[SIM]

REGIME DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

[FORNECIMENTO PARCELADO]



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO
PARA FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS N. 06/2026
Processo Administrativo N. 99/2026**

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARVOREDO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, **TORNA PÚBLICO**, para conhecimento dos interessados, a realização de licitação na **MODALIDADE PREGÃO/REGISTRO DE PREÇOS**, na **FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando a contratação de empresa para o fornecimento, com a entrega de forma **PARCELADA**, para **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE ARVOREDO - SC**, em Sistema De Registro De Preços, conforme descrito nesse edital e seus anexos, e nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e do **DECRETO N. 2.941/2024, datado de 03 de janeiro de 2024** e demais legislação aplicável.

1. DO OBJETO:

Constitui objeto da presente licitação **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE ARVOREDO - SC**. ENTREGUE DE FORMA PARCELADA, CONFORME A NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, VISANDO GARANTIR O ABASTECIMENTO REGULAR DAS UNIDADES ESCOLARES DURANTE O PERÍODO LETIVO, em Sistema De Registro De Preços, cujas descrições, valores, quantidades e condições de entrega estão detalhadas no **Termo de Referência - Anexo I**.

2. PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes deste processo licitatório correrão por conta das dotações orçamentarias do ano em exercício de acordo com a pasta solicitante e estão descritos no termo de referências.

3. CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

3.1. Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

3.2. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico <https://blcompras.com/Home/Login> (Plataforma BLL Compras).

3.3. É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital.

3.3.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados



diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.3.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.3.3. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

3.3.4. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica.

3.3.5. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

4. ENVIO DAS PROPOSTAS

4.1. As propostas deverão ser enviadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, observando os itens 4 e 5 deste Edital, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública.

4.2. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais.

4.2.1. O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, respondendo o declarante pela veracidade das suas informações, na forma da lei¹.

4.2.2. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas².

4.2.3. O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar n. 123 de 14 de dezembro de 2006, como condição para aplicação a **Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) deverá apresentar para credenciamento Certidão de Enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, que deverá ser apresentada junto com os documentos na hora de seu credenciamento, de acordo com a Instrução Normativa DRNC nº 103/2007. As sociedades simples, que não registrarem seus atos na Junta Comercial, deverão**

¹ Art.63, I.

² Art.63, IV.



apresentar Certidão de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar 123/2006³.

4.2.3.1. Neste edital será aplicado o Art. 4º da lei 14.133/2021 que faz referencia aos benefícios Art 48 § 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. "Os benefícios referidos no caput deste artigo poderão, justificadamente, estabelecer a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido".

4.2.4. Declaração de observância do limite de R\$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.2.5. Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4.3. Outros eventuais documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo máximo de **duas (2) horas após a solicitação**.

5. PROPOSTA

5.1. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias úteis, a contar da data de abertura da sessão do pregão, estabelecida no preâmbulo desse edital.

5.2. Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, com a indicação completa do produto ofertado, incluindo marca, modelo, referências e demais dados técnicos, bem como com a indicação dos valores unitários e totais dos itens, englobando a tributação, os custos de entrega e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas.

5.3. A **proposta final readequada** do participante declarado vencedor deverá ser encaminhada, no prazo de **2 (duas) horas a contar da solicitação do Pregoeiro** no sistema eletrônico, adequada ao último lance ofertado.

6. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados no **prazo máximo de 02 horas** após a solicitação do Pregoeiro / Agente de Contratação pelo sistema (podendo o prazo ser

³Se a licitação for para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (art. 4º, §1º, I), ou seja R\$ 4.800.000,00



prorrogado, a critério da administração ou mediante solicitação, devidamente justificada, e aceita pela Administração quando for o caso).

6.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

6.1.1. Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados no **prazo máximo de 02 horas** após a solicitação do Agente de Contratação pelo sistema (podendo o prazo ser prorrogado, a critério da administração ou mediante solicitação, devidamente justificada, e aceita pela Administração quando for o caso);

6.1.2. Recomenda-se que as licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados.

6.1.3. A sessão será suspensa para aguardo da proposta de preços e dos documentos de habilitação, sendo informados pelo Agente de Contratação, através do sistema eletrônico, o horário para retomada da licitação e divulgação da aceitabilidade da proposta e do resultado da habilitação.

6.1.4. A licitante que abandonar o certame, deixando de encaminhar a proposta e/ou documentos de habilitação DIGITALIZADOS, no todo ou em parte, no prazo previsto no item será desclassificada ou inabilitada do certame, conforme o caso, e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

6.1.5. A Documentação de Habilitação da participante vencedora **deverá** conter os documentos abaixo listados:

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoeempreendedor.gov.br;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- f) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- g) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- h) **Cópia do documento** do CPF do Socio majoritário;
- i) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#); (Anexo III);
- j) Declaração de idoneidade (Anexo IV);



- k) Declaração de inexistência de fatos impeditivos e manutenção das condições de habilitação (Anexo V);
- l) Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação e conformidade da proposta (Anexo VI);
- m) Declaração de enquadramento no regime de tributação de ME/EPP/MEI (Anexo VII);
- n) Declaração de inexistência de impedimentos legais (Anexo VIII).

6.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) Contrato social ou documento equivalente;
- b) Cartão CNPJ;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Pública Federal;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- f) Prova de regularidade junto ao FGTS;
- g) Prova de inexistência de débitos trabalhistas perante a Justiça do Trabalho, através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- h) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- i) Declaração sob pena de desclassificação, de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- j) Consulta no Cadastro de Empresas Idôneas e Suspensas – CEIS

6.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA

- a) **Certidão Negativa de Falência e Concordata e Recuperação Judicial** (sendo a sede da empresa licitante no Estado de Santa Catarina, deverá emitir a certidão conjunta do Poder Judiciário de Santa Catarina, conforme nova resolução, disponível no site: <https://certidoes.tjsc.jus.br/>).

Justificativa: A exigência de qualificação econômico-financeira justifica-se pela necessidade de garantir que o fornecedor terá condições de honrar com seus contratos.

6.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Alvará da vigilância sanitária da sede da licitante;
Justificativa: Comprovar que o estabelecimento possui condições higiênico-sanitárias para manipular, armazenar ou comercializar alimentos.

6.5 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:



a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

6.6. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.7. A habilitação poderá ser realizada por processo eletrônico de comunicação a distância, nos termos dispostos em regulamento (necessário que o órgão público regule essa possibilidade)⁴.

7. VEDAÇÕES

7.1 Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

e) agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.⁵

7.2. O impedimento de que trata a alínea "a" do item 7.1, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada,

⁴Art.65, §2º.

⁵Art. 9º, § 1º.



desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

7.3. Durante a vigência da ata de registro de preços, é vedado ao detentor da ata contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato⁶.

8. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

8.1. No dia e hora indicados no preâmbulo, o pregoeiro abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.

8.2. O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, conforme item 2.3.2 deste Edital.

8.3. A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

8.4. Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na internet.

9. CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

9.2. Serão desclassificadas as propostas que:

- a)** contiverem vícios insanáveis;
- b)** não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c)** apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d)** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e)** apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

9.3. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

⁶Art. 48, parágrafo único.



9.4. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

9.5. As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

9.6. Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

9.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:

9.7.1. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

9.7.2. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.7.3. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

9.7.4. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de R\$ 0,01 (zero, vírgula um centavo), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

9.7.5. Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado.

9.7.6. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

9.8. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

10. MODO DE DISPUTA

10.1. Será **adotado o modo de disputa aberto**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando as regras constantes no item 8.

10.2. A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.



10.3. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

10.4. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

10.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

10.6. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

10.7. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro horas) após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico <https://blcompras.com/Home/Login> (Plataforma BLL Compras).

11. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

11.1. Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado as declarações de que tratam os itens 3.2.3 e 3.2.4 deste Edital;

11.1.2. Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar n. 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

11.1.3. Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo de 1 (uma) hora, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais proponentes remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 11.1 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea a deste item.

11.1.4. O disposto no item 11.1.2 não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentado por beneficiária da Lei Complementar n. 123/2006.



11.2. Se não houver licitante que atenda ao item 11.1 e seus subitens, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem⁷:

- a)** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b)** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual serão ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações decorrentes de outras contratações;
- c)** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d)** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

11.3 Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a)** empresas estabelecidas no território do Estado de Santa Catarina;
- b)** empresas brasileiras;
- c)** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- e)** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei n. 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

12. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

12.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

12.2. A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive a sua adequação ao último lance ofertado, que sejam solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo fixado no item 3.3 deste Edital.

12.3. Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.

12.4. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

⁷ Conforme o disposto no Art. 60.



13. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

13.1. Os documentos de habilitação, de que tratam os itens 6.1, 6.2, enviados nos termos do item 3.1, todos deste edital, serão examinados pelo pregoeiro, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

13.2. As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

13.3. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

13.4. A beneficiária da Lei Complementar n. 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 3.2.3 e 3.2.4 deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

13.5. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

13.6. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso com prazo de 10 (dez) minutos.

14. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

14.1. Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a)** ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b)** julgamento das propostas;
- c)** ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d)** anulação ou revogação da licitação.



14.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

14.3. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nos alíneas "b" e "c" do item 14.1 do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:

a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

b) a apreciação dar-se-á em fase única.

14.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

14.6. O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.⁸

15. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

15.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à **autoridade superior**, que poderá:

a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

16. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

16.1 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

Todas as obrigações do contratada estão descritos no Termo de referências item 4.

16.2 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

Todas as obrigações do contratada estão descritos no Termo de referências item 4.

17. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

⁸Art. 168.



A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 meses, podendo ser prorrogada, desde que comprovado que os preços permanecem vantajosos para a Administração, uma vez, por igual período, nos termos do art. 84 da Lei n. 14.133/2021 e Prejulgado: 2526 TCE/SC.

O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, nos termos do artigo 105 e 107 da Lei 14.133/2021, a vigência inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por iguais períodos, até o limite de 10 (dez) anos, por se tratar de serviço contínuo essencial à proteção patrimonial do Município.

O termo inicial do contrato será o de sua assinatura e o marco final será daquela data, podendo ser prorrogado sua vigência por mais um período.

18. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

Item	Descrição	Incidência	Grau
1	Atraso na entrega	dia	1
2	Realização dos serviços em desconformidade com o objeto do presente certame	Por ocorrência	4

Valoração do tipo de sanção:

Pontos acumulados	Sanção
1 a 3	Advertência
4 a 10	Multa

Grau da Sanção⁹:

Pontos Acumulados	Multa	Suspensão
4 a 6	R\$ 3.000,00	Art. 155, Inciso I
7 a 10	R\$ 4.000,00	Art. 155, Inciso II
10 a 20	R\$ 5.000,00	Art. 155, Inciso III

⁹Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



Acima de 20	R\$ 8.000,00	Art. 156 ¹⁰ , Inciso III
-------------	--------------	-------------------------------------

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

20.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 20.1 deste edital as seguintes sanções¹¹:

¹⁰Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções.

[...]

III - impedimento de licitar e contratar;

¹¹Art. 156 ... § 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

(...)

Art. 161. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

Parágrafo único. Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do **caput** do art. 156 desta Lei, o Poder Executivo **regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.**



a) advertência;

b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos¹².

18.3 As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 20.2, do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do mesmo item.

18.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 20.2 do presente Edital.

18.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

18.6. A aplicação das sanções previstas no item 20.2 deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

18.7. Na aplicação da sanção prevista no item 20.2, alínea "b", do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do item 20.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

18.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

¹²OBS.: A sanção estabelecida na alínea "d" do item 19.2 do presente Edital será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras (ART. 156, § 6º):

a) quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

b) quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente à autoridade referida na alínea "a", supra referida, na forma de regulamento.



18.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

18.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

18.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

18.13. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas "h" e "m" do item 20.2 do presente Edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

19. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

19.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, **por meio do seguinte endereço eletrônico:** <https://bllcompras.com/Home/Login> (Plataforma BLL Compras).

19.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas no seguinte sítio eletrônico da Administração <https://bllcompras.com/Home/Login> (Plataforma BLL Compras).

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

20.1. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da



Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei n. 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

20.2. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro¹³.

20.3. A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei n. 14.133/2021.

20.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Seara, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENORES

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS E MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E CONFORMIDADE DA PROPOSTA

ANEXO VII- DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NO REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE ME/EPP/MEI

ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS LEGAIS

Arvoredo/SC, 15 de maio de 2026

EDIVANE DA SILVA

Gerencia De Educação, Cultura, Esporte E Lazer

¹³Essa disposição não consta na Lei Federal nº 14.133/2021.



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA n. 46/2026 – LEI 14.133/21
AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA
NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.2 Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE para a alimentação escolar do município de Arvoredo – SC. Conforme termo de referência, estudo técnico preliminar, memória de cálculos e demais anexos.

1.3 A contratação possui natureza de aquisição de bens de consumo, por meio de **REGISTRO DE PREÇOS** na forma eletrônica, **juízo menor valor por item**, entregue de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração Municipal, visando garantir o abastecimento regular das unidades escolares durante o período letivo.

1.4 Os quantitativos estimados dos gêneros alimentícios foram definidos com base no número de alunos atendidos pela rede municipal de ensino, pelo número de refeições servidas e pelo cardápio elaborado pela nutricionista responsável pelo programa e também pelo histórico de consumo dos exercícios anteriores, estando discriminados na planilha de itens constante neste Termo de Referência no item 2.

1.4 Considerando a natureza do objeto, não se prevê prorrogação contratual, uma vez que se trata de aquisição de bens de consumo, cujo fornecimento está vinculado ao planejamento anual da alimentação escolar.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 De acordo com o Art. 40, parágrafo 1º, inciso I da Lei nº 14.133/21 a especificação do produto deve ser preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização. Porém, havendo divergência entre o produto descrito no CATMAT e o informado na descrição complementar, vale o informado na descrição do Termo de Referência.

2.2 Os gêneros alimentícios a serem adquiridos deverão atender às especificações técnicas constantes na planilha de itens deste Termo de Referência:

Item	Descrição	Unidade de medida	Qdade	Valor Unitário	Valor Total
1	LEITE INTEGRAL UHT, EMBALAGENS TETRA PAK DE 1 LITRO.	Und.	3.500	R\$ 4,90	R\$ 17.150,00
2	LEITE ULTRAPASTEURIZADO (UHT), SEMIDESNATADO, ZERO LACTOSE, EMBALAGENS TETRA PAK DE 1 LITRO.	Und.	1.800	R\$ 7,92	R\$ 14.256,00
3	LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEO, EMBALAGEM DE 400 GRAMAS.	Und.	280	R\$ 18,31	R\$ 5.126,80
4	LEITE DE SOJA COM SABOR. EMBALAGEM TETRA PAK DE 1L.	Und.	60	R\$ 11,49	R\$ 689,40
5	QUEIJO TIPO COLONIAL, INSPECIONADO.	kg	300,00	R\$ 48,08	R\$



					14.424,00
6	MANTEIGA CREMOSA SEM SAL, DE 1ª QUALIDADE, EMBALAGEM DE 200 GRAMAS.	Und.	95	R\$ 12,91	R\$ 1.226,45
7	NATA PASTEURIZADA, EMBALAGEM EM POTE DE PLÁSTICO DE 280 A 300 G.	Und.	85	R\$ 11,86	R\$ 1.008,10
8	CREME DE LEITE, EMBALAGEM TETRA PAK CONTENDO 200 GRAMAS	Und.	700	R\$ 3,22	R\$ 2.254,00
9	IOGURTE DE FRUTAS (NÃO SERÁ ACEITO BEBIDA LÁCTEA). CONTENDO 850 ML A 1 L.	Und.	1.550	R\$ 9,49	R\$ 14.709,50
10	IOGURTE 0% LACTOSE - (NÃO SERÁ ACEITO BEBIDA LÁCTEA 0% LACTOSE), NOS SABORES DIVERSOS. EM EMBALAGEM DE 850 ML A 1 LT.	Und.	400	R\$ 12,49	R\$ 4.996,00
11	IOGURTE NATURAL SEM SABOR CONTENDO 170 A 200 GRAMAS.	Und.	200	R\$ 4,47	R\$ 894,00
12	CARNE BOVINA MOÍDA DE PRIMEIRA QUALIDADE (PATINHO) ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE. RESFRIADA/CONGELADA.	Kg	3.300	R\$ 43,30	R\$ 142.890,00
13	CARNE BOVINA ACÉM, CORTADA EM CUBOS,	Kg	1.900	R\$ 33,89	R\$ 64.391,00
14	CARNE SUÍNA SEM OSSO, PERNIL E PALETA.	Kg	1.500	R\$ 19,37	R\$ 29.055,00
15	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO CONGELADA, SEM DORSO, EMBALAGEM PLÁSTICA INDIVIDUAL, TRANSPARENTE CONTENDO NO MÍNIMO 2 UNIDADES DE COXA E SOBRECOXA.	Kg	3.200	R\$ 11,82	R\$ 37.824,00
16	PEITO DE FRANGO TIPO SASSAMI, EMBALAGEM PLÁSTICA CONTENDO 1 KG.	Kg	1.000	R\$ 21,28	R\$ 21.280,00
17	OVOS DE GALINHA, DE BOA QUALIDADE, ENCARTELADO, EMBALAGEM CONTENDO 12 UNIDADES.	Und	900 dz	R\$ 12,72	R\$ 11.448,00
18	PRESUNTO COZIDO, SEM CAPA DE GORDURA, FATIADO, EMBALAGEM PLÁSTICA CONTENDO 200 G.	Und	1.300	R\$ 8,38	R\$ 10.894,00
19	BATATA TIPO INGLESA, FRESCAS DE ÓTIMA QUALIDADE.	Kg	1.500	R\$ 4,66	R\$ 6.990,00
20	CEBOLA DE BOA QUALIDADE.	Kg	1.550	R\$ 4,14	R\$ 6.417,00
21	CHUCHU TIPO BRANCO OU VERDE.	Kg	650,00	R\$ 5,59	R\$ 3.633,50
22	CENOURA, FRESCAS, DE ÓTIMA QUALIDADE.	Kg	500,00	R\$ 4,81	R\$ 2.405,00
23	REPOLHO VERDE.	Und	890	R\$ 7,47	R\$ 6.648,30
24	TOMATE TIPO LONGA VIDA.	Kg	1.650	R\$ 8,10	R\$ 13.365,00
25	ALHO IN NATURA DE 1ª QUALIDADE.	Kg	120,00	R\$ 23,40	R\$ 2.808,00



26	ABOBRINHA CASERTA ITALIANA (ABOBRINHA VERDE).	Kg	300,00	R\$ 6,58	R\$ 1.974,00
27	BETERRABA FRESCA DE ÓTIMA QUALIDADE.	Kg	780,00	R\$ 5,92	R\$ 4.617,60
28	MANDIOCA DESCASCADA, CONGELADA, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA DE 1 KG.	Kg	380	R\$ 10,61	R\$ 4.031,80
29	ERVILHA EM SACHÊ, EMBALAGENS PLÁSTICAS DE 200 GRAMAS.	Und	200	R\$ 4,76	R\$ 952,00
30	MILHO VERDE EM SACHÊ, EMBALAGENS PLÁSTICAS DE 200 GRAMAS.	Und	350	R\$ 5,92	R\$ 2.072,00
31	MILHO PARA PIPOCA EM EMBALAGENS DE POLIETILENO DE 500G.	Und	300	R\$ 4,69	R\$ 1.407,00
32	FEIJÃO PRETO EM EMBALAGENS PLÁSTICAS TRANSPARENTES DE 1 KG.	Und	400	R\$ 5,49	R\$ 2.196,00
33	LENTILHA, TIPO 1, PACOTE DE 500 GRAMAS.	Und	70	R\$ 7,91	R\$ 553,70
34	AMENDOIM CRU BRANCO, EMBALAGEM PLÁSTICA DE 500G.	Und	400	R\$ 6,26	R\$ 2.504,00
35	BANANA TIPO CATURRA, DE 1ª QUALIDADE.	Kg	5.000	R\$ 4,98	R\$ 24.900,00
36	MAÇÃ CARTELADA TIPO 1.	Kg	4.000	R\$ 11,19	R\$ 44.760,00
37	MAMÃO FORMOSA FRESCO.	Kg	500,00	R\$ 9,86	R\$ 4.930,00
38	BACAXI DE BOA QUALIDADE.	Kg	550	R\$ 10,08	R\$ 5.544,00
39	MELÃO AMARELO DE 1ª QUALIDADE.	Und	500,00	R\$ 6,87	R\$ 3.435,00
40	LARANJA COMUM DE BOA QUALIDADE.	Kg	850,00	R\$ 6,06	R\$ 5.151,00
41	MELANCIA DE BOA QUALIDADE.	Kg	3.550	R\$ 3,39	R\$ 12.034,50
42	MANGA, FRESCAS, DE ÓTIMA QUALIDADE.	Kg	480,00	R\$ 8,04	R\$ 3.859,20
43	PÊRA, DE 1ª QUALIDADE.	Kg	400,00	R\$ 10,75	R\$ 4.300,00
44	UVA PASSA ESCURA DESIDRATADA. EMBALAGEM DE 100 A 200 GRAMAS.	Und	100	R\$ 7,06	R\$ 706,00
45	COCO RALADO EM FLOCOS, DESIDRATADO, EM EMBALAGENS DE 100 GRAMAS.	Und	100	R\$ 8,92	R\$ 892,00
46	CANELA EM CASCA EMBALAGEM CONTENDO 10G DE PESO LIQUIDO.	Und	70	R\$ 3,61	R\$ 252,70
47	CANELA EM PÔ, EM TUBO. EMBALAGEM PRIMÁRIA, ATÓXICA, DE 10 GRAMAS OU 30 GRAMAS.	Und	100	R\$ 7,99	R\$ 799,00
48	CRAVO DA ÍNDIA, EMBALAGEM TRANSPARENTE, ATÓXICA RESISTENTE DE 12 GRAMAS.	Und	70	R\$ 4,34	R\$ 303,80
49	ERVA DOCE, SEMENTE INTEIRA DESIDRATADA. PACOTE COM 20 GRAMAS.	Und	80	R\$ 4,03	R\$ 322,40



50	SAL IODADO, EMBALAGEM DE 1KG.	Und	250	R\$ 2,74	R\$ 685,00
51	AÇÚCAR CRISTAL DE ORIGEM VEGETAL. EMBALAGEM INTACTA DE 5KG.	Und	380	R\$ 20,74	R\$ 7.881,20
52	ADOÇANTE LÍQUIDO A BASE DE STÉVIA, EMBALAGEM COM APROXIMADAMENTE 100ML.	Und	10	R\$ 6,78	R\$ 67,80
53	CAFÉ SOLÚVEL, GRANULADO, 100% PURO, EMBALAGEM DE VIDRO CONTENDO 200 GRAMAS.	Und	380	R\$ 31,63	R\$ 12.019,40
54	ACHOCOLATADO EM PÓ, EMBALAGEM CONTENDO 500 GRAMAS.	Und	400	R\$ 9,84	R\$ 3.936,00
55	CACAU EM PÓ, SOLÚVEL, SEM AÇÚCAR, 100% CACAU. EMBALAGEM ATÓXICA, DE 200 GRAMAS.	Und	180	R\$ 24,97	R\$ 4.494,60
56	DOCE DE FRUTAS EM PASTA, SABORES VARIADOS, EMBALADO EM POTE PLÁSTICO CONTENDO 400 GRAMAS.	Und	100	R\$ 7,20	R\$ 720,00
57	FERMENTO QUÍMICO EM PÓ, EMBALAGEM INTACTA, CONTENDO 250 GRAMAS.	Und	250	R\$ 8,79	R\$ 2.197,50
58	FERMENTO BIOLÓGICO SECO INSTANTÂNEO, PACOTES CONTENDO 125 GRAMAS.	Und	50	R\$ 11,23	R\$ 561,50
59	VINAGRE DE VINHO TINTO, EMBALAGEM TRANSPARENTE CONTENDO 750 ML.	Und	500	R\$ 6,94	R\$ 3.470,00
60	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, TIPO 1, EMBALAGEM INTACTA DE 5 KG.	Und	350	R\$ 14,59	R\$ 5.106,50
61	FARINHA DE MILHO FUBÁ, DE EXCELENTE QUALIDADE. EMBALAGEM INTACTA DE 1 KG.	Und	350	R\$ 5,59	R\$ 1.956,50
62	AMIDO DE MILHO, EMBALAGEM INTACTA DE 500 G.	Und	200	R\$ 7,66	R\$ 1.532,00
63	AVEIA EM FLOCOS FINOS, DE EXCELENTE QUALIDADE, EMBALAGEM PLÁSTICA DE 500 G.	Und	80	R\$ 8,64	R\$ 691,20
64	COLORÍFICO DE FARINHA DE MILHO, ÓLEO DE SOJA, SAL E PASTA DE URUCUM, PACOTES CONTENDO 500 GRAMAS.	Und	180	R\$ 9,24	R\$ 1.663,20
65	POLVILHO DOCE, EMBALAGEM COM 500 GRAMAS.	Und	500	R\$ 5,84	R\$ 2.920,00
66	SAGU, EMBALAGEM TRANSPARENTE DE 500 GRAMAS.	Und	200	R\$ 7,17	R\$ 1.434,00
67	ÓLEO DE SOJA, EMBALAGEM CONTENDO 900 ML.	Und	800	R\$ 8,34	R\$ 6.672,00
68	MARGARINA COM SAL, COM NO MÍNIMO LIPÍDIOS DE 65%, EMBALAGEM DE 500 GRAMAS.	Und	60	R\$ 7,09	R\$ 425,40
69	ÓLEO DE COCO VIRGEM OU EXTRAVIRGEM, SEM SABOR, EMBALAGEM DE 500 ML.	Und	25	R\$ 37,78	R\$ 944,50
70	ARROZ PARBOILIZADO, EMBALAGEM DE 5 KG.	Und	600	R\$ 16,61	R\$ 9.966,00



71	MASSA TIPO ESPAGUETE, FORTIFICADA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, COM OVOS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TRANSPARENTE INTACTA DE 500G.	Und	550	R\$ 3,76	R\$ 2.068,00
72	MASSA TIPO PARAFUSO, FORTIFICADA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, COM OVOS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TRANSPARENTE INTACTA DE 500G.	Und	500	R\$ 3,94	R\$ 1.970,00
73	MASSA TIPO RIGATONI, FORTIFICADA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, COM OVOS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TRANSPARENTE INTACTA DE 500G.	Und	600	R\$ 4,41	R\$ 2.646,00
74	MASSA FINA, TIPO CABELO DE ANJO, FORTIFICADA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, COM OVOS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TRANSPARENTE INTACTA DE 500G.	Und	350	R\$ 6,97	R\$ 2.439,50
75	MACARRÃO INTEGRAL FEITO A BASE DE FARINHA DE TRIGO INTEGRAL, PACOTE COM 500G.	Und	40	R\$ 5,63	R\$ 225,20
76	PÃO DE FORMA FATIADO, ACONDICIONADO EM PACOTES COM APROXIMADAMENTE 500 GRAMAS. EMBALAGENS COM APROXIMADAMENTE 20 FATIAS.	Und	350	R\$ 8,51	R\$ 2.978,50
77	PÃO DE CACHORRO QUENTE SOVADO, CADA UNIDADE CONTENDO 50 GRAMAS APROXIMADAMENTE.	Und	400,00	R\$ 13,95	R\$ 5.580,00
78	BISCOITO SALGADO, TIPO CREAM CRAKER, EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE DE 400 GRAMAS.	Und	500	R\$ 6,91	R\$ 3.455,00
79	BISCOITO DOCE, TIPO MARIA, EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE DE 400 GRAMAS.	Und	500	R\$ 7,55	R\$ 3.775,00
80	BISCOITO MARIA SEM LACTOSE E SEM PROTEÍNA DO LEITE, EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE DE 400 GRAMAS.	Und	300	R\$ 8,56	R\$ 2.568,00
81	BISCOITO CREAM CRACKER SEM LACTOSE E SEM PROTEÍNA DO LEITE, EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE DE 400 GRAMAS.	Und	200	R\$ 7,90	R\$ 1.580,00
82	BISCOITO SALGADO INTEGRAL, EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE DE 400 GRAMAS.	Und	250	R\$ 9,19	R\$ 2.297,50
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO				R\$ 670.207,75	

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 A solução consiste na aquisição de gêneros alimentícios variados, destinados à preparação da alimentação escolar dos alunos matriculados na rede municipal de ensino, em atendimento



às diretrizes do PNAE, instituído pela Lei nº 11.947/2009 e regulamentado pela Resolução FNDE nº 6/2020, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

3.2 A contratação contempla o fornecimento parcelado de alimentos, conforme demanda da Secretaria Municipal de Educação e cronograma de abastecimento das unidades escolares, incluindo alimentos perecíveis e não perecíveis necessários para a execução dos cardápios elaborados pela nutricionista responsável pelo programa.

3.3 O ciclo de vida do objeto compreende as seguintes etapas:

- a) **Planejamento da demanda**, com base no número de alunos atendidos, no calendário escolar e nos cardápios planejados para a alimentação escolar;
- b) **Aquisição dos gêneros alimentícios** por meio de processo licitatório na modalidade pregão eletrônico, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração;
- c) **Fornecimento e entrega dos alimentos** pelo fornecedor contratado, de forma parcelada, observando prazos, condições de transporte, armazenamento e qualidade dos alimentos;
- d) **Recebimento e conferência dos alimentos** pelas unidades escolares, com verificação das condições de qualidade, validade, integridade das embalagens e conformidade com as especificações do edital e da ata;
- e) **Armazenamento**, garantindo condições adequadas de conservação e segurança alimentar;
- f) **Utilização dos gêneros alimentícios** na preparação das refeições escolares conforme cardápio elaborado pela nutricionista responsável;
- g) **Destinação adequada de resíduos e embalagens**, observando práticas de sustentabilidade e normas sanitárias aplicáveis.

3.4 Dessa forma, a solução proposta assegura o abastecimento regular das unidades escolares, garantindo a oferta de alimentação adequada e saudável aos estudantes da rede municipal de ensino, em conformidade com a legislação vigente e com os princípios da eficiência, economicidade e segurança alimentar.

○ **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1 Requisitos gerais

a) A contratação será realizada por meio de processo licitatório na modalidade REGISTRO DE PREÇOS eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133/2021, visando à aquisição de gêneros alimentícios para atendimento da alimentação escolar dos alunos da rede municipal de ensino, conforme diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

4.2 Obrigações da contratada

- a) Os gêneros alimentícios deverão atender às especificações técnicas definidas neste Termo de Referência;
- b) apresentar qualidade compatível com as normas sanitárias vigentes; estar livres de contaminação, deterioração ou alterações que comprometam o consumo e possuir prazo de validade adequado para utilização nas unidades escolares.
- c) Os alimentos deverão atender às normas de vigilância sanitária aplicáveis, sendo obrigatória a observância das legislações pertinentes quanto à manipulação, armazenamento, transporte e



comercialização de alimentos.

d) Quando aplicável, os alimentos deverão possuir registro ou inspeção sanitária nos órgãos competentes, bem como rotulagem conforme a legislação vigente.

e) O fornecimento dos gêneros alimentícios será realizado de forma parcelada, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Educação, mediante solicitação formal e emissão da ordem de compra.

f) Os alimentos deverão ser entregues em embalagens adequadas e íntegras; dentro do prazo de validade estabelecido; em condições adequadas de transporte e conservação e nos locais e prazos definidos pela nutricionista responsável pela alimentação escolar.

g) na entrega, os alimentos perecíveis e não perecíveis tenham, no mínimo, 75% (ou conforme necessidade) da sua validade total remanescente.

h) Transporte: O veículo de entrega deve possuir certificado de vistoria da Vigilância Sanitária e estar em perfeitas condições de higiene (se houver perecíveis, deve ter isolamento térmico ou refrigeração).

i) A empresa contratada será responsável por garantir a qualidade dos alimentos fornecidos, substituindo, sem ônus para a Administração, aqueles que apresentarem irregularidades, defeitos, deterioração ou não conformidade com as especificações estabelecidas.

j) A empresa deverá manter as condições de habilitação durante a vigência da Ata;

k) Responsabilizar se pelos tributos, custos e gastos seja de transporte, trabalhista ou tributário ou de qualquer natureza até a entrega dos alimentos.

4.3 Obrigações do contratante:

a) Emissão do empenho;

b) Fiscalizar;

c) Proporcionar as condições necessárias para a entrega dos gêneros alimentícios;

d) Designar servidor para a fiscalização e acompanhamento quando recebimento;

e) Efetuar o pagamento nos prazos estabelecidos.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 A execução do objeto ocorrerá por meio do fornecimento parcelado de gêneros alimentícios, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Educação e de acordo com o cronograma de abastecimento das unidades escolares da rede municipal de ensino.

5.2 A solicitação dos alimentos será realizada pela nutricionista responsável pela alimentação escolar por meio de lista de compra com os itens e os respectivos locais de entrega, assim como os prazos de entrega; e ordem de compra, na qual constarão os itens e quantitativos.

5.3 A contratada deverá realizar a entrega dos alimentos nos locais indicados pela nutricionista responsável, os quais compreendem as 3 (três) unidades escolares, observando os prazos estabelecidos e as condições adequadas de transporte e conservação dos alimentos. É de responsabilidade da empresa fornecedora o transporte dos alimentos até os respectivos locais.

5.4 Os gêneros alimentícios deverão ser entregues em perfeitas condições de consumo, respeitando os padrões de qualidade, higiene e segurança alimentar, bem como as especificações constantes neste Termo de Referência e no instrumento convocatório.

5.5 O recebimento dos alimentos será realizado por servidor capacitado nas unidades



escolares, que procederá à conferência das quantidades, da qualidade, da integridade das embalagens e do prazo de validade, podendo recusar os alimentos que não estejam em conformidade com as especificações estabelecidas.

5.6 Caso sejam identificadas irregularidades ou alimentos em desacordo com as exigências estabelecidas, a contratada deverá realizar a substituição dos itens rejeitados, sem qualquer ônus adicional para a Administração, no prazo definido pela fiscalização da ata.

5.7 A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Administração, garantindo o cumprimento das obrigações contratuais e a adequada execução do fornecimento durante toda a vigência da ata.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 A gestão da ata será acompanhada e fiscalizada pela servidora Sra. Andreia Bianchin, nos termos da Lei nº 14.133/2021, cabendo a estes verificar o cumprimento das obrigações e garantir que o fornecimento dos gêneros alimentícios ocorra em conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e na ata.

6.2 A gestão da ata será realizada pela servidora Sra. Andreia Bianchin, ao qual competirá acompanhar a execução contratual de forma geral, adotando as providências necessárias para assegurar o fiel cumprimento das condições estabelecidas.

6.3 A fiscalização da ata será exercida pela servidora Sra. Andreia Bianchin, a qual será responsável por acompanhar e verificar a entrega dos gêneros alimentícios; conferir quantidades, qualidade, prazos de validade e condições das embalagens; registrar ocorrências relacionadas à execução contratual; comunicar formalmente à contratada eventuais irregularidades verificadas; solicitar a substituição de alimentos em desacordo com as especificações estabelecidas; emitir atesto de recebimento dos alimentos para fins de pagamento.

6.4 Caso sejam constatadas irregularidades na execução da ata, o fiscal deverá comunicar o gestor da ata para adoção das medidas administrativas cabíveis, inclusive aplicação de penalidades, quando for o caso.

6.5 A gestão e fiscalização da ata têm como objetivo garantir o fornecimento regular de alimentos às unidades escolares, assegurando a correta execução da alimentação escolar no âmbito do PNAE.

7. CRITÉRIOS DE UNIDADE DE MEDIDA E PAGAMENTO

7.1 A medição do objeto contratado será realizada com base na quantidade efetivamente fornecida e devidamente recebida pelas unidades escolares, observando-se as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

7.2 O fornecimento dos gêneros alimentícios ocorrerá de forma parcelada, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação, mediante emissão de ordem de compra.

7.3 No ato da entrega, os alimentos serão submetidos à conferência por servidor responsável, que verificará a conformidade dos itens entregues com os quantitativos solicitados; o



atendimento às especificações técnicas estabelecidas; as condições de qualidade, integridade das embalagens e prazo de validade dos alimentos.

7.4 Após a verificação e aceitação dos alimentos, será realizado o atesto do recebimento pelo fiscal ou responsável. Neste caso, o atesto geralmente é emitido pela nutricionista RT da alimentação escolar ou gerente de educação. Esta é a condição necessária para a autorização do pagamento.

7.5 O pagamento será efetuado pela Administração mediante apresentação de nota fiscal ou documento equivalente, devidamente atestado pelo responsável pelo recebimento dos alimentos, no prazo estabelecido pela Administração, contado da data do recebimento definitivo.

7.6 Caso sejam identificadas irregularidades nos alimentos entregues, a Administração poderá suspender o pagamento até que a contratada realize a substituição dos itens em desacordo, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

8. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

8.1 Os alimentos deverão ser entregues em cada uma das três unidades escolares, durante o período letivo, em dias e horários estabelecidos pela nutricionista RT da alimentação escolar, cujo cronograma será disponibilizado aos fornecedores juntamente com a ordem de compra.

8.2 O transporte dos alimentos será de responsabilidade exclusiva do fornecedor, devendo garantir condições adequadas de higiene, conservação e acondicionamento conforme a natureza do produto.

8.3 Endereço das Escolas Municipais para entrega dos itens adquiridos:

Escola Municipal Arvoredo: Endereço: Rua Fioravante Massolini, Nº 87, Centro – Arvoredo.

CMEI Arvoredo: Endereço: Rua do Estudante, Nº 58, Centro – Arvoredo.

CMEI Pingo de Gente: Endereço: Rua Hercílio Luz, Nº 324, Centro – Arvoredo.

8.4 Os alimentos poderão ser recebidos pelas agentes de copa de cada escola e também pela nutricionista responsável quando esta estiver nas unidades escolares, dentro dos horários cabíveis, ou seja, pela manhã até às 10h30min e à tarde até às 16h00min para que assim seja possível o adequado armazenamento dos alimentos.

8.5 O recebimento provisório será realizado no ato da entrega dos alimentos por servidor responsável, mediante conferência preliminar da quantidade, da integridade das embalagens e das condições aparentes dos gêneros alimentícios.

8.6 O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação detalhada da conformidade dos alimentos com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, incluindo análise da qualidade, prazo de validade e demais requisitos exigidos.

8.7 Caso sejam identificadas irregularidades, alimentos deteriorados ou em desacordo com as especificações estabelecidas, a Administração poderá recusar total ou parcialmente os itens entregues, devendo a contratada providenciar a substituição dos alimentos no prazo estabelecido pela fiscalização da ata, sem qualquer ônus adicional para a Administração.



8.8 O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade dos alimentos fornecidos, cabendo à Administração comunicar eventuais irregularidades constatadas posteriormente.

9. LIQUIDAÇÃO

9.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, o setor competente dará o correto andamento para a liquidação no prazo máximo de até 5 (cinco) dias consecutivos.

9.2 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento.

9.3 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, sem ônus à contratante;

10. PRAZO DE PAGAMENTO

10.1 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa.

11. FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta correntes indicadas pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos após entrega da nota fiscal.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1 A seleção do fornecedor será realizada por meio de **processo licitatório na modalidade Pregão – REGISTRO DE PREÇOS, na forma eletrônica**, com julgamento **MENOR VALOR POR ITEM**.

13. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

13.1 Da Habilitação Fiscal, Social E Trabalhista

- a) Contrato social ou documento equivalente;
- b) Cartão CNPJ;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Pública Federal;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- f) Prova de regularidade junto ao FGTS;
- g) Prova de inexistência de débitos trabalhistas perante a Justiça do Trabalho, através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

13.2 Da qualificação econômico-financeira

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

Justificativa: A exigência de qualificação econômico-financeira justifica-se pela necessidade de garantir que o fornecedor terá condições de honrar com seus contratos.



13.3 Da qualificação técnica

b) Alvará da vigilância sanitária da sede da licitante;

Justificativa: Comprovar que o estabelecimento possui condições higiênico-sanitárias para manipular, armazenar ou comercializar alimentos.

14. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

14.1 Para a estimativa do valor da contratação, foram efetuadas pesquisas em sites especializados como o Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), e também foi realizada pesquisas de preços com fornecedores locais e regionais. Devemos considerar que esta última está também em conformidade com a legislação vigente aplicável às contratações públicas. Destaca-se que a pesquisa de preços de mercado, com fornecedores locais e regionais reflete de forma mais fiel a realidade do mercado no âmbito do município e da região, contribuindo para a obtenção de estimativas mais realistas e compatíveis com a futura contratação. Esta prática, juntamente com a pesquisa de preços em painéis de preços oficiais, com uma pesquisa embasada formando uma cesta de preços, contribui para a definição de um valor estimado adequado para a realização do Registro de Preços eletrônico destinado à aquisição de gêneros alimentícios para a alimentação escolar.

14.2 A estimativa do valor da contratação perfaz um total de R\$ 670.207,75 (Seiscentos e setenta mil, duzentos e sete reais e setenta e cinco centavos).

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

MUNICÍPIO DE ARVOREDO

GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER

04.01.0012.0361.0006.2036 – Alimentação Escolar – Ensino Fundamental

04.01.0012.0365.0006.2037 - Alimentação Escolar - Ensino Infantil

04.01.0012.0365.0006.2038 - Alimentação Escolar – Creche

Município de Arvoredo, 14 de maio de 2026.

ANDREIA BIANCHIN

Nutricionista RT da Alimentação Escolar, CRN 10-3050

Matrícula: 455



ANEXO II

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. xx/2026
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N. xx/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. XX/2026

O MUNICÍPIO DE ARVOREDO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº XXXXXXXXXXXX, situado na XXXXXXXXXXXX, representado neste ato pela Gerente de Educação, Sra. **EDIVANE DA SILVA**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. XXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXX representada por XXXXXXXXXXXX, inscrito(a) no CPF n.***.XXX.XXX-**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, e perante as testemunhas abaixo firmadas, resolvem registrar preços, cuja celebração foi autorizada de acordo com o Processo Administrativo n. XX/2026, REGISTRO DE PREÇOS n. XX/2026, e que se regerá pela Lei n. 14.133/2021, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.5 1.1 O objeto da presente Ata é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE ARVOREDO - SC**. Conforme termo de referência, estudo técnico preliminar, memória de cálculos e demais anexos, conforme tabela a seguir:

Item	Descrição	Unid	Quant.	Marca	Valor unitário	Valor total
XX	XX	XX		XX	XXX	XXX

1.2. O edital, termo de referência, estudo técnico preliminar e memória de cálculos e demais anexos, bem como a proposta da empresa DETENTORA desta Ata, são partes integrantes deste instrumento e estão vinculados a esta ata como se transcritos fossem.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR REGISTRADO

2.1. O valor total global estimado com o presente registro de preços é de R\$ XXX (XXXXX).

2.1.1. Os preços ofertados pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que serão pagos na possível aquisição dos alimentos são aqueles especificados na tabela do item 1.1 desta Ata.

2.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.

2.3. Os alimentos deverão ser entregues de acordo com a descrição constante no anexo "A" do edital e da proposta comercial da DETENTORA.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO, FORMA E LOCAL DE FORNECIMENTO



3.1. A aquisição dos gêneros alimentícios será realizada conforme a necessidade da secretaria de educação, de forma parcelada, sendo as quantidades meramente estimadas para o período de vigência da Ata de Registro de Preços.

3.2. A contratação decorrente desta Ata será formalizada por meio de Autorização de Fornecimento emitida pela Secretaria requisitante.

3.3. Após a emissão da Autorização de Fornecimento, a CONTRATADA deverá realizar a confecção e entrega dos alimentos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, ou conforme prazo específico definido no Termo de Referência, contado do recebimento da solicitação.

3.4. As solicitações poderão ser realizadas por meio eletrônico (e-mail ou outro meio oficial), utilizando os dados informados pela CONTRATADA em sua proposta.

3.5. Os alimentos deverão ser entregues no local indicado pela Secretaria requisitante, dentro do Município de Arvoredo/SC, em horário de expediente, sem qualquer custo adicional para a Administração.

3.6. A entrega compreenderá todas as etapas necessárias, inclusive embalagem, transporte, carga e descarga, sob inteira responsabilidade da CONTRATADA.

3.7. Os alimentos entregues serão conferidos quanto à quantidade, qualidade e conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

3.8. Em caso de não conformidade, a CONTRATADA deverá substituir os alimentos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sem ônus para o Município.

3.9. A CONTRATADA será responsável por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto.

3.10. O recebimento provisório e definitivo dos alimentos ficará a cargo do fiscal e do gestor designados pela Secretaria requisitante.

3.11. O recebimento dos alimentos não exclui a responsabilidade da CONTRATADA por vícios ou defeitos eventualmente constatados.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 meses, podendo ser prorrogada, desde que comprovado que os preços permanecem vantajosos para a Administração, uma vez, por igual período, nos termos do art. 84 da Lei n. 14.133/2021 e Prejulgado: 2526 TCE/SC.

4.1.1. Esgotados os quantitativos da ata de registro de preços antes do escoamento do seu prazo de vigência, a prorrogação poderá ser antecipada, com o reestabelecimento do quantitativo inicial.



4.1.2. Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na ata de registro de preços.

4.2. A Administração Municipal poderá aceitar que o fornecedor substitua o produto por marca ou modelo diferente daquele registrado na ata de registro de preços, por comprovado motivo ou fato superveniente à licitação, e desde que o produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores, sendo vedada a majoração do preço registrado.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, contando da data do recebimento da nota fiscal devidamente assinada e aprovada pelo secretário da pasta correspondente ou fiscal e em conformidades com os requisitos solicitados neste termo de referência;

5.2.1. A contratada deverá encaminhar a nota de acordo com as informações contidas na AF emitida pelo Município.

5.3. As despesas decorrentes da execução deste objeto correrão a cargo da seguinte dotação: Despesas previstas na Lei Orçamentária do Exercício de 2026:

MUNICÍPIO DE ARVOREDO

GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER

04.01.0012.0361.0006.2036 – Alimentação Escolar – Ensino Fundamental

04.01.0012.0365.0006.2037 - Alimentação Escolar - Ensino Infantil

04.01.0012.0365.0006.2038 - Alimentação Escolar – Creche

5.4. A contratada está sujeita a retenção na fonte do IR pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, com base na instrução normativa 1.234/12, e alterações, da Receita Federal do Brasil.

CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA

6.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1. A inexecução total ou parcial desta ata ensejará a sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem que caiba à CONTRATADO direito a qualquer indenização.

7.1.1. Ainda incorrerá no art. 156, inciso IV da lei 14.133/2021 quando da necessidade de extinção contratual.

7.2. A rescisão contratual poderá ser:

7.2.1. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a IV e IX do artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021;



7.2.2. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo de licitação, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

7.3. A ata poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DOS REAJUSTES

8.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

I - Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

II - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III - na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES

9.1. São obrigações da contratada:

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a) Os gêneros alimentícios deverão atender às especificações técnicas definidas neste Termo de Referência;

b) apresentar qualidade compatível com as normas sanitárias vigentes; estar livres de contaminação, deterioração ou alterações que comprometam o consumo e possuir prazo de validade adequado para utilização nas unidades escolares.

c) Os alimentos deverão atender às normas de vigilância sanitária aplicáveis, sendo obrigatória a observância das legislações pertinentes quanto à manipulação, armazenamento, transporte e comercialização de alimentos.

d) Quando aplicável, os alimentos deverão possuir registro ou inspeção sanitária nos órgãos competentes, bem como rotulagem conforme a legislação vigente.

e) O fornecimento dos gêneros alimentícios será realizado de forma parcelada, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Educação, mediante solicitação formal e emissão da ordem de compra.

f) Os alimentos deverão ser entregues em embalagens adequadas e íntegras; dentro do prazo de validade estabelecido; em condições adequadas de transporte e conservação e nos locais e prazos definidos pela nutricionista responsável pela alimentação escolar.

g) na entrega, os alimentos tenham, no mínimo, 75% (ou conforme necessidade) da sua



validade total remanescente.

h) **Transporte:** O veículo de entrega deve possuir certificado de vistoria da Vigilância Sanitária e estar em perfeitas condições de higiene (se houver perecíveis, deve ter isolamento térmico ou refrigeração).

i) A empresa contratada será responsável por garantir a qualidade dos alimentos fornecidos, substituindo, sem ônus para a Administração, aqueles que apresentarem irregularidades, defeitos, deterioração ou não conformidade com as especificações estabelecidas.

j) Endereço das Escolas Municipais:

Escola Municipal Arvoredo

Endereço: Rua Fioravante Massolini, Nº 87, Centro – Arvoredo.

CMEI Arvoredo

Endereço: Rua do Estudante, Nº 58, Centro – Arvoredo.

CMEI Pingo de Gente

Endereço: Rua Hercílio Luz, Nº 324, Centro – Arvoredo.

k) A empresa deverá manter as condições de habilitação durante a vigência da Ata;

l) Responsabilizar se pelos tributos, custos e gastos seja de transporte, trabalhista ou tributário ou de qualquer natureza até a entrega dos alimentos.

m) Substituir imediatamente qualquer profissional que apresente conduta inadequada ou desempenho técnico insatisfatório, a pedido da secretaria de educação;

n) Promover todas as ações para a boa execução e eficiência do objeto contratado, principalmente no cumprimento de todas as normas e exigências legais de qualidade e segurança.

o) Fornecer ao CONTRATANTE sempre que solicitadas informações e/ou esclarecimentos necessários.

p) Para fins de atendimento ao disposto na **Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**, as informações e dados apresentados para participar do processo administrativo, são de domínio público, em razão dos princípios do interesse público e da publicidade dos atos efetuados pela municipalidade.

q) O detentor da Ata de Registro de Preço obriga-se ainda, em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a manter sigilo de todas as informações sobre os dados pessoais e dados pessoais sensíveis, repassados em decorrência da execução da contratação, sendo vedado o repasse dessas informações, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do objeto.

9.2 - São obrigações da Contratante:

9.2.1. Receber os alimentos no prazo e condições estabelecidas no Edital de licitação e seus anexos;

9.2.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital de licitação e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.2.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.2.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de fiscal de ata especialmente designado;

9.2.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital de licitação e seus anexos;



9.2.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente ata SRP, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.2.7 Emissão do empenho;

9.2.8 Efetuar o pagamento nos prazos estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO DA ATA

10.1. O CONTRATANTE providenciará a publicação desta ata de registro de preços, em resumo, na forma prevista em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

11.1. O presente termo não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no [art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021](#), quais sejam:

12.1.1. Dar causa à inexecução parcial da ata SRP;

12.1.2. Dar causa à inexecução parcial da ata SRP que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. Dar causa à inexecução total da ata SRP;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.1.6. Não celebrar a ata SRP ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto desta licitação sem motivo justificado;

12.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da ata SRP;

12.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da ata SRP;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

12.1.10.2. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

12.1.10.3. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 12.1.1 deste edital de licitação, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 12.1.1 a 12.1.10.3.



c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 12.1.2 a 12.1.7 deste edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 12.1.8 a 12.1.10.1, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

12.3. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante ([art. 156, §9º](#))

12.4. Todas as sanções previstas neste edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º](#)).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Antes da aplicação das sanções e da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157](#)).

12.7. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º](#)):

12.7.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.7.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.7.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.7.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

12.7.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

12.9. Efetivada a sanção, a Administração Municipal no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados da referida empresa, relativos às sanções aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

13.1. Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO



14.1. A execução das contratações decorrentes desta Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão designada pela Secretaria requisitante, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

14.2. Compete ao fiscal da contratação acompanhar a execução do objeto, atestar o recebimento dos materiais gráficos e registrar em relatório próprio eventuais ocorrências, encaminhando-as à autoridade competente para as providências cabíveis.

14.3. O gestor da contratação será o responsável pela administração do ajuste decorrente da Ata, incluindo a autorização de pagamentos, quando cabível.

14.3.1. A execução da ata SRP será acompanhada e fiscalizada pela secretaria de educação, pela fiscal de ata, senhora **ANDREIA BIANCHIN**.

14.4. A fiscalização exercida pela fiscal de ata não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades ou danos decorrentes da execução do objeto.

14.4. A fiscal de ata anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da ata SRP, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento da presente ata SRP.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arvoredo/SC, dia de mês de 2026.

xxxxxxxxxxx
Gerente

Contratada

Testemunhas:

CPF:

CPF:



ANEXO III
DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENORES

PROCESSO LICITATÓRIO N. XX/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N. XX/2026

_____ inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, município de _____/_____, declaro, sob as penas da lei, que não mantém em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho, nem em serviços perigosos ou insalubres, conforme a legislação vigente. Declaro ainda que não emprega, em qualquer atividade, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

Arvoredo/SC, xx de xxxxxx de 2026.

Nome completo e assinatura do representante legal da empresa



ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

PROCESSO LICITATÓRIO N. XX/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N. XX/2026

_____ inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, município de _____/_____, declaro, sob as penas da lei, que a empresa ora licitante não foi declarada inidônea e não está suspensa em nenhum órgão público, seja ele Federal, Estadual ou Municipal, nos termos dos artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Arvoredo/SC, xx de xxxxxx de 2026.

Nome completo e assinatura do representante legal da empresa



ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS E
MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N. XX/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N. XX/2026

_____ inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, município de _____/_____, declaro, sob as penas da lei, que, até a presente data, não existem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, caso haja alguma alteração de sua situação.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Arvoredo/SC, xx de xxxxxx de 2026.

Nome completo e assinatura do representante legal da empresa



ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E
CONFORMIDADE DA PROPOSTA

PROCESSO LICITATÓRIO N. XX/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N. XX/2026

Ao Município de Arvoredo/SC
Prezados Senhores,

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede _____, no município de _____/_____, por seu representante legal, Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF nº _____, vem por meio desta, declarar ao Agente de Contratação/Pregoeiro do Município de Arvoredo – SC, que cumpre integralmente todos os requisitos de habilitação exigidos, conforme os documentos que acompanham esta proposta, devidamente atualizados e em conformidade com a legislação vigente.

Arvoredo/SC, xx de xxxxxx de 2026.

Nome e Assinatura Representante Legal e carimbo da empresa



ANEXO VII
DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NO REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE ME/EPP/MEI

PROCESSO LICITATÓRIO N. XX/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N. XX/2026

Empresa: _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede _____, no município de _____/_____, por seu representante legal, Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF nº _____ DECLARA, para fins de participação no Processo Licitatório nº XX/2026 na modalidade de Pregão Eletrônico n. XX/2026, que se encontra regularmente enquadrada no regime de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), conforme definido pela Lei Complementar nº 123/2006, sendo assim, goza dos benefícios fiscais e vantagens previstas para esse regime.

Declara, ainda, que cumpre todas as condições exigidas pela legislação vigente, e que está ciente da obrigatoriedade de manter suas condições de enquadramento durante a execução do contrato, caso seja adjudicatária.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Arvoredo/SC, xx de xxxxxx de 2026.

Nome completo e assinatura do representante legal da empresa



ANEXO VIII
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS LEGAIS
(Conforme Art. 14 da Lei nº 14.133/2021)

PROCESSO LICITATÓRIO N. XX/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N. XX/2026

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede _____, no município de _____/_____, por seu representante legal, Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da lei e demais sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, que:

1. A empresa _____ não se enquadra em nenhuma das vedações previstas no Art. 14 da Lei nº 14.133/2021, não podendo, portanto, ser considerada impedida de disputar a licitação ou participar da execução do contrato.
2. Inexistem fatos supervenientes impeditivos para a habilitação ou contratação, e me comprometo a comunicar imediatamente à Administração Pública caso tais fatos venham a ocorrer.
3. Estou ciente de que a falsidade desta declaração sujeitará a empresa _____ às sanções administrativas e penais cabíveis, incluindo o crime de falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal).

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Arvoredo/SC, xx de xxxxxx de 2026.

Nome completo e assinatura do representante legal da empresa